

Um breve olhar sob a Repressão Política no Campo no período da Ditadura Militar com ênfase na região da Prelazia de São Félix do Araguaia – 1973¹.

MENEZES, F. Q de²

O presente trabalho procura apresentar o cenário social e político vivido na região da Prelazia de São Félix do Araguaia no estado de Mato Grosso no período da Ditadura Militar (1964-1984), com marco temporal no ano de 1973. Elencamos este recorte temporal, pois, percebemos a partir da análise das documentações que com a chegada das empresas agropecuárias que ocorreu por volta de 1968 – a CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia) que se instalou no povoado de Santa Terezinha e as outras chegaram em sequência - houve principalmente em 1973 um acirramento dos ânimos e uma forte repressão que foi direcionada para esta região do Araguaia por parte dos militares, no que trata principalmente de conflitos envolvendo religiosos (padres), leigos e os posseiros³, estes contra os latifundiários⁴ e os militares. Os primeiros mencionados passaram por torturas, sofrendo violência física e psicológica, momentos de verdadeira instabilidade social que foi fruto do período tratado – e essa população no geral sofreu uma forte repressão política.

A região que tratamos encontra-se no Nordeste do Estado do Mato Grosso, na Amazônia Legal⁵, tendo como área aproximada 150.000 km², situada entre os rios Araguaia e Xingu. Compreende Distritos e vilas que estavam vinculados à cidade de Barra do Garças pela falta de infraestrutura (a 700 km de distância) e que só depois da década de 80 que iniciaram os movimentos de emancipação destas vilas e Distritos. Eis o mapa que mostra a localização da

¹Trabalho desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto, professor da UFMT que faz parte do Departamento de História.

² Graduada em Pedagogia pela FAF – Faculdade Frutal, graduanda em História pela UFMT, campus Cuiabá, 3º ano.

³ Primeiro ocupante, mansa e pacificamente, de terras particulares ou devolutas: aquele que adquire, ou ocupa terras, com a intenção de dono, sem título legítimo de propriedade. Ver disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/297314/posseiro#topicos-dicionario> Acessado: 20/03/2013.

⁴ Eram os empresários, os donos da terra.

⁵ A região Norte está inserida na Amazônia que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. A Amazônia Legal é acrescida pelo Estado de Mato Grosso e parte do Maranhão.

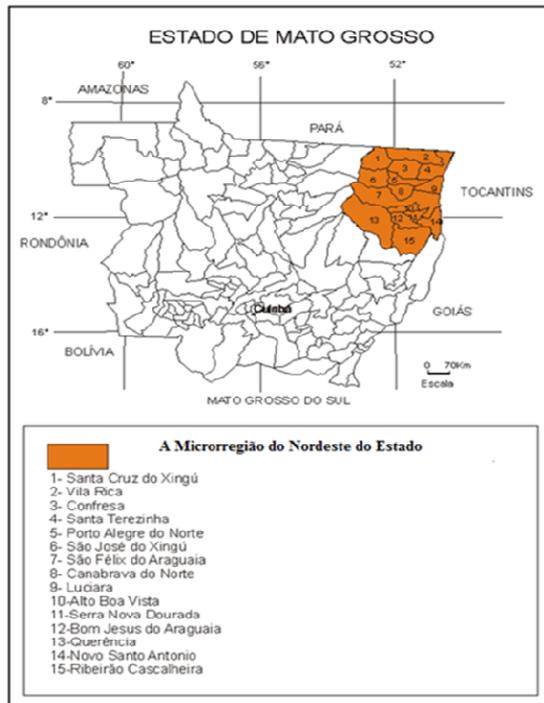
XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

região, e as cidades que a compreende e que tratamos nesta pesquisa (os quinze povoados citados abaixo fazem parte da área de abrangência da Prelazia de São Félix do Araguaia) sendo que a cidade de São Félix do Araguaia era uma das mais antigas delas, em seguida Luciara:



Fonte: MIRANDA, Leodete. *Mapa do Estado de Mato Grosso – A Microrregião do Nordeste do Araguaia*

Sobre este cenário ainda é colocado por Dom Pedro Casaldáliga:

O contraste era brutal. De um lado, uma natureza incrível, de uma beleza primitiva [...]; de outro uma sensação de abandono total: não existia lá nem correio, nem telefone, nem energia elétrica. A prefeitura estava a mais de 700 km ao Sul, em Barra do Garças. O povoado de São Félix era somente um punhado de casinhas na beira do rio. Apenas 600 habitantes que para quebrar o isolamento, contavam com três jipes velhos desmontelados. Não havia um único médico em toda a região. Mas ao menos tinha uma professora: uma senhora com apenas um ano e meio de estudo, que mal podia cumprir suas obrigações porque estava frequentemente embriagada (ESCRIBANO, 2000, p. 15).

Segundo Castravechi:

Casaldáliga se deparou com uma realidade social muito diferente da Europa. O espaço do Araguaia era necessitado de infra-estrutura básica, a distância da capital do Estado colocava muitas barreiras na comunicação e administração política, visto que “a própria extensão dos municípios já é uma estrutura de desequilíbrio social. A distância da sede do Município já é uma estrutura de desequilíbrio social. A distância da sede do Município traz consigo o máximo desinteresse esquecimento por parte das autoridades, a impossibilidade de recurso e protesto por parte do povo” (CASALDÁLIGA, 1971 apud CASTRAVECHI, 2012, p. 85).

Mato Grosso era uma região naquele período pouco povoada, e os militares iniciaram um movimento de ocupação das áreas consideradas “vazias” que existiam ali, ou seja, isso significou incentivar a “modernização e o progresso” do Estado, e começaram um processo de (re) colonização a partir da década de 70. Esse movimento de “desenvolvimento” da região Centro-Oeste já havia sido iniciado em 1937 com a “Marcha para o Oeste” – incentivada pelo

governo de Getúlio Vargas, mas que só ganhou impulso mesmo em 1970 com os militares.

Joanoni Neto diz:

Após 1937, com a “Marcha para o Oeste” as tentativas de ocupar e atrair investimentos para sua área Norte (o atual Estado do Mato Grosso), se intensificaram, mas os efeitos concretos só vieram nos anos 1970, com a transformação da região em “Fronteira Agrícola” e fartos incentivos do governo aos empresários, viabilizados por órgãos como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDESCO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), e programas governamentais como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), que canalizaram para a mesma, incentivos fiscais, linhas de financiamentos, juros subsidiados e prazos generosos (JOANONI NETO, 2007, p. 20-21).

O governo Federal incentivou aquele projeto através de órgãos como a SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, o BASA - o Banco da Amazônia, revertendo fundos para investir no Estado tornando-o uma “Fronteira Agrícola” atraindo empresários para investir e ocupar estes espaços, utilizando os financiamentos que o governo dispôs, e “desenvolvendo” esta região do país, além da utilização de outros órgãos como foi citado acima. Coloca ainda sobre os objetivos do governo:

Seu objetivo era expandir a fronteira econômica, em especial a agrícola, conforme previsto pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Suprir-se-ia a carência de mão-de-obra na região com programas de colonização dirigidos especificamente para o excedente populacional nordestino, de acordo com as estratégias da Operação Amazônica, ocupando as margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (JOANONI NETO, 2007, p. 21).

Sobre a SUDAM que teve um papel fundamental nesse processo, propiciando incentivos fiscais, oferecendo créditos com juros e taxas baixas, e era o órgão responsável pela aprovação dos projetos diz Ianni:

A SUDAM passou a ser, desde sua criação em 1966, provavelmente o principal órgão do governo federal para a dinamização da economia amazônica. Além de coordenar e supervisionar (e mesmo elaborar) programas e planos de outros órgãos federais atuando na região, a SUDAM criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros. Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar dinamismo os empreendimentos dos setores agrícola, pecuário, industriais e de mineração (IANNI, 1979 apud CASTRAVECHI, 2012, p. 63).

Foi nesse processo de “modernização” do Estado de Mato Grosso que culminaram os sérios conflitos principalmente no que compreende a Prelazia de São Félix do Araguaia.

Com os incentivos e financiamentos por parte do governo nestas regiões, na área da Amazônia Legal, local escolhido pelos militares para implantarem os projetos de colonização e agropecuários, que iniciou principalmente a partir da década de 70, e cada vez mais, a presença dos latifundiários nesta região.

É importante destacar a existência de pessoas que habitavam estes lugares tidos como “vazios”, que ocupavam e sobreviviam da terra, em decorrência de problemas econômicos que já tiveram em suas terras (na sua maioria vindas do Nordeste brasileiro) e viram essa terra como única saída, e se estabeleceram nestas regiões, fixando suas raízes nela, e com a chegada das empresas agropecuárias e os grandes empresários, gerou-se conflitos acirrados pela disputa das terras.

A Igreja Católica desenvolveu um papel fundamental naquele contexto, principalmente com a figura do Bispo D. Pedro Casaldáliga⁶, que lutou pelos direitos dos povos menos favorecidos, uma Igreja que prega a libertação do seu povo, tendo também outras figuras que merecem destaque neste cenário como padre Francisco Jentel, Padre João Bosco (que foi assassinado dentro da delegacia pelos próprios militares, na presença do Bispo Casaldáliga), Padre Leopoldo e outros que também participaram da luta pelos direitos dos posseiros e que sofreram diretamente com a repressão política da época, pois a todos que combateram por um ideal fora daquilo que estava sendo pregado pelos militares, estava lutando diretamente contra os militares e então suportaram as consequências (torturas, violência e medo).

Os posseiros como mencionamos antes, são homens que haviam migrado para esta área, para essas terras e já haviam estabelecido suas raízes nesta região que compreende a Prelazia de São Félix do Araguaia, porém, eles não eram os donos da terra, na verdade nem tinham essa noção de propriedade a partir do documento (escritura), e quando os grandes latifundiários chegaram reclamando as propriedades que tinham sido cedidas para as empresas agropecuárias, eles não entenderam bem, para os posseiros a terra estava vazia quando eles chegaram, então começaram a produzir para sua subsistência tirando o seu sustento, e consequentemente as terras eram deles (cada um tinha a sua área onde produzia para sua sobrevivência).

⁶Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968 Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia mato-grossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os *peões* sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa. Acerca da atuação de Dom Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia. Ver: (ESCRIBANO, 2000).

E em um determinado momento (em meados de 1968) começaram a aparecer os “donos” das terras (os grandes latifundiários e seus jagunços) que tentam expulsá-los destes locais, pagando uma mísera indenização, e querendo destruir tudo que eles tinham até então nas terras. Os conflitos foram gerados a partir deste contexto, principalmente pela disputa pela terra. Houve sérios desentendimentos, e muitas vezes os latifundiários abusaram da sua posição, destruindo as plantações dos posseiros, saquearam seus instrumentos de trabalho, e os posseiros não tinham onde recorrer (Instituições legais), já que o sistema estava do lado do empresário. Segundo Carneiro e Cioccarri:

A violência política no campo desenvolvera-se, muitas vezes, longe dos instrumentos institucionais legais e da consciência de classe que faria valer os direitos dos trabalhadores. Assim, os traços de sua memória durante a ditadura, encontram-se, em boa parte, na voz daqueles que formaram tal consciência política, envolvendo-se nas mobilizações coletivas de luta pelo direito à terra (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p.23).

Por isso a ênfase ao papel da Igreja, se não fosse ela, por várias vezes os posseiros que não tinham acesso à essa consciência dos seus direitos civis e muitas vezes por medo, deixavam a terra e iam embora, buscar outro lugar (abandonavam suas raízes culturais que já estava arraigada nesta terra, neste lugar). Mas tinha-se nesta região uma Igreja comprometida com as causas sociais, e que encontrou na luta por essas pessoas uma razão de ser Igreja, enquanto uma instituição engajada com as causas sociais, principalmente na luta pelos menos favorecidos (estamos falando aqui da Igreja que estava presente na Prelazia de São Félix do Araguaia nesse momento, pois tinha também no Brasil a ala conservadora da Igreja).

Na verdade estava na Lei, principalmente no Estatuto da Terra criado em 1963, os aportes legais que amparavam e davam direito a esses posseiros à terra que eles utilizavam (se eles vivessem e produzissem nela por mais de um ano e um dia, eles já tinham direitos sobre ela), e foi exatamente por isso que o regime vigente virou-se contra a Igreja da Prelazia de São Félix do Araguaia, porque o Bispo amparava e estimulava seu povo na luta pelos seus direitos, e esses direitos entravam em conflitos com os interesses dos empresários e consequentemente com os interesses dos militares também, pois os últimos estavam voltados para uma política de “modernização e progresso” do país, e isso não incluíam esses grupo (como os posseiros por exemplo). Para a Ditadura, os posseiros tinham que pegar as indenizações e saírem o quanto antes das terras. Por isso muitas vezes os militares chamam a Igreja da Prelazia de Igreja comunista, os leigos de subversivos, entre outros adjetivos pejorativos, pois esse povo lutou pelos seus direitos usando as ferramentas que eles tinham no momento – resistindo a repressão política e as violências.

Em um documento do Arquivo da Prelazia relata um dos diálogos entre um militar e o padre Canuto (o padre estava preso, seguindo num carro com o militar) onde seguia a conversa:

Afirmava ele⁷ que o posseiro existente numa terra, se o proprietário, vindo, quisesse indenizá-lo, o posseiro deveria aceitar a indenização e retirar-se. Referiu-se algumas vezes à folha Alvorada e que nos escritos do bispo havia coisas injuriosas às forças armadas e que o bispo incitava o povo contra as forças armadas. Retruquei-lhe que o bispo somente⁸ expunha a verdade. E que a verdade não faz mal a ninguém (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.11, 1973, p.02)

Este diálogo deixa claro a posição dos militares e a visão deles sobre a Igreja da Prelazia, sendo uma instituição que lutava contra política militar. É importante destacar que o padre Canuto estava preso, ele e mais três religiosos, para ser retirado deles informações sobre a localização do leigo Pontin, sendo que os religiosos foram acusados de agitadores por darem cobertura aos posseiros e a leigos que estavam sendo procurados, receberam socos, tapas no rosto para falarem. Sobre isso relata no documento:

Referiu-se ao Pontin⁹ a quem teríamos dado cobertura para fugir com quem eles queriam simplesmente conversar para esclarecer alguns dados, dentro da lei. Mostrei-lhe que essa era uma história mal contada, pois 3 colegas nossos tinham sido presos há mais de um mês e nem sequer tínhamos notícias deles e ainda ignorávamos seu paradeiro, num total desrespeito à lei. Por que vocês não são os primeiros a cumprir a lei? – perguntei-lhe. Ficou quieto. Muitas vezes se referiu aos posseiros como pessoas ignorantes e que nós padres não nos devíamos meter em problemas de terras de posseiros. E dizia que nossa atuação junto aos posseiros era pura agitação. Expliquei-lhe nosso procedimento que era o de mostrar ao posseiro os direitos que a lei lhe garante a partir da própria Constituição, passando pelo Estatuto da Terra e por fim o Decreto 70.430 de 17/4/72. Não quis entender (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.11, 1973, p.02)

Não é nossa intenção colocar aqui que a Igreja não tinha interesse nenhum nessa luta contra o sistema vigente naquela época, pois para ela se propagar, ela precisava de seus fieis. Mas é preciso destacar o importante papel que ela desempenhou neste contexto. Foi uma Igreja engajada com os problemas sociais, adepta da Teologia da Libertação¹⁰. É preciso

⁷ Documento do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, fragmento da fala do militar.

⁸ Documento da Prelazia que apresenta erro ao repetir a palavra.

⁹ Documento do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, fragmento da fala padre Canuto (relato).

¹⁰ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica de interpretação do cristianismo que enfatiza a atuação político-social do cristão em prol da transformação das estruturas de exploração da sociedade capitalista (causadora de injustiça, pobreza, violência, sofrimento e etc.) como em decorrência do amor ao próximo. Desenvolvida após o Concílio do Vaticano II (1962-1965) e a Conferência Episcopal de Medellín (1968), principalmente por teólogos latino-americanos, a Teologia da Libertação ganhou nome e corpo com a publicação da obra Teologia da Libertação, do peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971, na qual se formalizou e se estruturou essa leitura mais social da fé cristã. Os teólogos (Gustavo Gutiérrez, Leonardo e Clodóvis Boff, Jon Sabrino, Enrique Dussel, entre outros) afirmavam fazer teologia a partir da realidade (de subdesenvolvimento, dependência, violência e etc.) vivida no Terceiro Mundo e defendia o engajamento social e político dos cristãos com base em conceitos como o da caridade política. A Teologia da Libertação não se restringiu às especulações teológicas, mas difundiu-se no plano pastoral (ao qual se alinharam diversos bispos e padres, entre eles: D. Paulo Evaristo Arns, D. Pedro Casaldáliga, D. Helder Câmara, D. Thomaz Balduino, D. Oscar Romero, etc.). A

também levar em conta principalmente que vários religiosos que agiram no Nordeste de Mato Grosso, no Araguaia mato-grossense não eram brasileiros, mas religiosos vindos de outros países como é o caso de D. Pedro Casaldáliga que se tornou Bispo de São Félix em 1971, e começou sua luta pelos injustiçados. Diz Carneiro e Ciocari:

“Sete dias de caminhão pela estrada poeirenta de Barra do Garça a São Félix, uma prelazia com cerca de 150 mil km², uma região que foi a porta do grande latifúndio agropecuário”, recorda Casaldáliga sobre sua chegada às terras do Araguaia. “Deu para perceber naquelas viagens a cavalo, na voadeira, que estávamos entre uma população retirante, à procura de terra e sossego”. Nascia então com clareza a sua vocação para enfrentar as injustiças, conta ele. À época, logo começaram a chegar a São Félix agentes pastorais preocupados e desenvolver trabalhos nos povoados, “eram esplêndidos jovens, leigos e religiosos, brasileiros e estrangeiros, e que sofreram muito em seu trabalho: prisões, torturas, ameaças”. Em 1971, nomeado bispo prelado de São Félix, Casaldáliga declara em sua carta pastoral de sagração as paixões e convicções que o moviam naqueles tempos explosivos, publicando sua missão como a de construir “uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Em terras brasileiras sob os domínios da ditadura militar, eram palavras também explosivas (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p.255).

Esta questão também deve ser levada em conta, D. Pedro tinha esta indignação pela injustiça e ele adotou uma maneira inteligente de lutar contra o sistema militar e contra a repressão política, ele documentava tudo o que se passava, as ameaças, os sumiços de pessoas e buscava divulgar o quanto conseguia, já que as autoridades não lhes davam ouvidos, não faziam nada a favor da Prelazia e da sua causa, ele tentava disseminar essas informações das maneiras diversas, seja por cartas, documentos e outros, algumas vezes até fora do Brasil, haja vista a dificuldade que havia no país para divulgar (pela presença de uma forte censura) esse tipo de notícia como atos de tortura contra religiosos, leigos e posseiros, as injustiças sofridas, atos abusivos de violência por parte dos militares, e em alguns momentos até por jagunços das fazendas agropecuárias eram praticados contra os posseiros, e não tinham um órgão público a quem recorrer. Diz D. Pedro Casaldáliga (presente em Carneiro e Ciocari):

“Alguns latifundiários reagiram mais agressivamente, com ameaças”, conta o bispo, precisando o motivo que o levaria a ser, mais tarde, um dos principais inimigos do regime militar: a equipe pastoral de São Félix começou, a partir dali, a documentar as lutas dos posseiros da região, procurando formas de assessorá-los. “Isso fez com que nossa caminhada se baseasse no social, no político. (...) Se falássemos apenas em problemas sociais e não atingíssemos os problemas econômicos seríamos até tolerados, considerados uns caridosos missionários, inofensivos”. Os problemas da terra vinham de fazendeiros vindos do sul do país, trazendo com eles a agropecuária e a destruição dos povos amazônicos (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p.255).

Foi quando a luta da Igreja da Prelazia confrontou-se com os interesses econômicos das grandes empresas que houveram os maiores problemas. Toda ação que era voltada para

ajudar essa população era freada pelo regime militar. Em 1973 essas situações tornam-se mais presentes com a chegada dos militares na região na tentativa de abafar a voz da Igreja da Prelazia e do seu povo.

Esses confrontos iniciaram desde 1968 com a chegada das empresas agropecuárias, a primeira em Santa Terezinha e depois nas outras regiões, e os posseiros na luta pelos seus direitos vão lutar com as armas que eles tem para garantir suas terras. Diz Esterci sobre isso:

Dizer que o movimento dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência implica, neste sentido, dizer que foi marcado por um caráter essencialmente defensivo, os posseiros se opondo à tomada das terras por eles já ocupadas, e sobre as quais se julgavam com direitos, fosse em função de seus critérios de acesso à terra, fosse da compreensão que tinham, naquele momento, da definição de direitos a partir dos critérios do código oficial (ESTERCI, 1987, p. 12-13).

O ano de 1972 marca um marco importante de conquista para estes posseiros de Santa Terezinha, que adotaram no movimento de resistência que utilizou-se também de violência para defender as suas terras. A pressão¹¹ que os posseiros sofriam era brutal, os posseiros tinham que ficar na defensiva. Diz Castravechi:

A partir da intervenção do padre Jentel como mediador dos interesses do grupo de posseiros no conflito de Santa Terezinha, o Estado teve que tomar medidas decisivas para amenizar o conflito entre a CODEARA e os antigos ocupantes do espaço, o Governo Federal, junto aos órgãos competentes, aceleraram o processo de demarcação das áreas, reconhecendo o direito de posse nos termos definidos pelo Estatuto da Terra de 1964 à população que já habitava o povoado antes da chegada da empresa (CASTRAVECHI, 2012, p. 123).

Com isso o dia 03 de março de 1972 é comemorado pela população de Santa Terezinha como um dia da vitória, e comemora-se até hoje, e o padre Francisco Jentel foi considerado o “defensor do povo do Araguaia (CASTRAVECHI, 2012, p. 123). A partir daí a perseguição a Prelazia acirra-se cada vez mais. Padre Francisco Jentel foi preso¹² e logo condenado em 1973. Segundo Castravechi:

Com a sentença do Padre Jentel em 28 de maio de 1973 julgado em Campo Grande e condenado a 10 anos de prisão, Dom Pedro considerou a vinda do destacamento militar permeada por atos repressivos estaria vinculada possivelmente a condenação do padre, pois os militares pretendiam impedir uma eventual reação da população de Santa Terezinha ou da região, bem como atemorizar o bispo e a equipe da Prelazia (CASTRAVECHI, 2012, P. 127).

¹¹Os posseiros sofriam com vários tipos de pressão das agropecuárias, como não deixar que eles trabalhassem, os capangas ameaçavam as empregadas, ateavam fogo nas roças, agiam com violência com essas pessoas. Ver: (ESTERCI, 1987).

¹² Ele foi preso e condenado (1973), sendo expulso do Brasil.

Com a chegada dos militares na Prelazia a situação ficou cada vez mais instável, pois, os militares por muitas vezes agiram com violência e utilizaram-se da sua força para impor e assustar, na verdade reprimir a população da Prelazia. Segundo documentos:

No dia primeiro de junho p.p., chegou, ostensivamente a equipado de metralhadoras, à cidade de São Félix, MT. e a diferentes povoados da área da Prelazia do mesmo nome, um destacamento de uns 100 homens, a maior parte da polícia militar, com oficiais da Aeronáutica e do Exército, chefiados pelo Cel. Euro Barbosa de Barros, comandante da Polícia Militar do Estado (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.3, 1973, p.01).

Houve vistorias nos arquivos da Prelazia, onde eles buscavam algo que pudesse utilizar-se contra os religiosos da Prelazia e seu povo, que os militares chamavam de subversivos e até de “comunistas” que era algo estritamente proibido e coibido na época. Em documento consta:

Nesta manhã o Cap. Monteiro pediu ao Pe. Pedro Mari as chaves do escritório-arquivo da Prelazia para dar uma olhada nos papéis do Bispo... Pe. Pedro negou-se por ser assunto de responsabilidade do bispo. O cap. Levou então o padre à casa da Prelazia ameaçando de que se as chaves não fossem entregues, a porta seria arrombada. O Padre retrucou, que ficava bem claro que tinha sido coagido. E entregou a chave. O Cap. Monteiro levou 20 pastas do arquivo dizendo que seriam fotografadas os documentos e devolvidos (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.3, 1973, p.03).

Houve também na mesma data invasões em Serra Nova, onde os militares teriam invadido as casas e utilizaram metralhadora para intimidar a população, onde revistaram todos os ranchos (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.3, 1973). Foram momentos de extrema tensão para os moradores da Prelazia, “sendo que eles não podiam nem se movimentar, todos os seus movimentos tinham que ter autorização prévia, até as necessidades fisiológica eram autorizadas e acompanhadas por soldados” (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.3, 1973). Houve espancamento e invasões em casas de vários moradores, e essa prática se deu nas várias áreas da Prelazia, onde religiosos foram interrogados além de outros agentes pastorais.

Segundo consta em documentos sobre essa prática:

À noite com a chegada em casa de vários moradores do lugar, tomamos conhecimento da atitude dos militares junto ao povo. De uma maneira geral as famílias foram despertadas como nós sendo que em certos ranchos praticou-se violência física com os chefes de família e intimidação com armas às crianças, enquanto se procedia à busca e apreensão de revólveres, armas de caça, facões e facas de cozinha (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.3, 1973, p.04).

Em suma em documentos da Prelazia, resume esses atos:

Deve-se acrescentar a todos esses fatos uma deprimente soma de intimidações, agressões, espancamentos, pontapés, socos, apreensão de armas de caça e até facas de cozinha e foices de lavoura, roubo de dinheiro, chantagens, calúnias, humilhações... O médico Dr. Sebastião, do Posto-Restaurante-Hospital “Alô Brasil”, foi esmurrado à toa na rua de São Félix. Um posseiro de Serra Nova teve sua própria espingarda acionada contra sua testa. Felizmente a arma carregada não disparou. Várias mulheres sofreram transtornos em sua gravidez (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.3, 1973, p.05).

Logo após estes episódios, no dia 08 de julho foram presos e espancados o leigo Tadeu, e os padres Antonio Canuto, Eugênio, Leopoldo Belmonte e Pedro Mari, para que eles informassem o paradeiro do leigo Pontim. Segundo documentação:

Sob o título “Policiais sitiaram a Prelazia”, o jornal “O Estado de S. Paulo”, de 10/7/73 noticiava o cerco à residência episcopal de São Félix do Araguaia, ficando presos “de fato” o Bispo PEDRO CASALDÁLIGA e os padres Antonio Canuto, Leopoldo Belmonte, Pedro Mari e Eugênio Cônsoli, segundo se soube mais tarde, além disso toda a prelazia foi objeto de ostensiva ocupação policial, atingido as freiras, irmãszinhas de Foucauld, e toda população da prelazia, submetida a um clima de inenarrável terror (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.23, 1973, p.01).

Constava-se então até o momento estavam presos (os agentes pastorais e leigos) Tadeu Escame, Teresa Braga Salles, Tereza Adão, Edgar Serra, Luis Barreira e Adauta Batista. E os militares estavam em busca do leigo Pontim. Relata no documento a forma que os padres e o Bispo foi tratado durante a prisão:

O pe. Pedro Mari foi coagido a revelar onde estavam, a serviço o leigo Antonio Carlos Moura Ferreira e José Pontim, também isso sob a mira de metralhadoras. E, para que o caso se configurasse e se cumprisse toda a justiça, foi o Bispo Casaldáliga esbofetado pelo Capitão Monteiro, em meio a deboches, espancamentos – outros e ameaças, segundo o clássico antecedente histórico. Soube-se também que o Pe. Eugênio Cônsoli, submetido a tentativa de enforcamento e vítima de pontapés no fígado e no estômago, acabou por vomitar sangue (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia A08. 2.23, 1973, p.01).

Com a informação da localização de Pontim, ele foi preso, e passou por difíceis momentos na sua prisão, ele juntamente com os outros leigos que também estavam em cárcere, que sofreram fortes momentos de torturas, ameaças além de violência psicológica. Castravechi trata esse episódio com o seguinte trecho:

Os presos ficaram detidos em Brasília até dia 12 de julho de 1973 e foram transferidos para o Quartel da 14ª Polícia do Exército na cidade de Campo Grande que na época pertencia ao Estado de Mato Grosso. José Pontim havia sido preso em São Félix no dia 09 de julho e também foi levado para Campo Grande. Neste Quartel os agentes da Prelazia vivenciaram os piores dias de suas vidas, o medo e a sensação da morte eram constantes; as acusações que lhes pesavam decorriam do simples fato dessas pessoas se comprometerem na luta pela justiça e liberdade de uma população desamparada pelo Estado, ato este considerado como subversivo pelos militares que viram tal ação como decorrente de movimentos políticos que tinham pretensão de acabar com o governo (CASTRAVECH, 2012, p. 129-130).

Tinha-se neste momento por parte do Estado e de qualquer órgão responsável pela segurança civil um total descaso no tocante a esta população que era marginalizada pelo regime militar. Essas pessoas passaram por torturas físicas e psicológicas, que ficaram marcadas brutalmente em suas memórias, cada dia de sofrimento, depressão e agonia que eles viveram, como relata em depoimentos:

Enquanto sucediam-se as sessões de torturas (choques elétricos pelos corpos e socos tipo telefone nos ouvidos) éramos inquiridos sobre nossa participação na Guerrilha do Araguaia da qual apenas tínhamos notícias, sobre a história de material escolar, brincadeira que conversávamos na Prelazia e que insistiam ser um código de armas por nós utilizadas. E assim, noite após noite as grades das celas abriam-se rangendo seus ferrolhos e saía um para a cela de torturas. Os que ficavam, rezavam. Quando as torturas extrapolavam a resistência já bastante precária aplicavam injeção não se sabe do que para recobrar a resistência. Muitos choques elétricos nas costas, órgãos genitais, forçava a coluna no sentido contrário o que causava muita dor e stress (PONTIM, José. Depoimento 2007 apud CASTRAVECHI, 2012, p. 131).

Estes agentes pastorais foram soltos¹³ em agosto, por volta do dia 20, depois de várias tentativas de Dom Pedro de divulgar e lutar contra esse tipo de opressão e principalmente porque no dia 19 de agosto houve uma grande celebração e manifestação que ocorreu em São Félix do Araguaia com a presença de vários bispos, contando também com a presença do representante do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e da CNBB, uma manifestação contra a repressão. Este evento teve uma repercussão tanto nacional quanto internacional – Espanha, França, Alemanha, Itália, com repúdio à ação dos militares (CASTRAVECHI, 2012).

Esse tipo de violência foi constante na região da Prelazia de São Félix, mas Dom Pedro e seus religiosos lutaram com as ferramentas que lhes eram disponíveis, seja com documentos (documentavam as ações dos militares e das agropecuárias), divulgação de cartas, poesias, ou com os Murais presentes nos altares da Igreja, tudo isso foram formas de resistência, de lutar contra esse tipo de repressão política, agindo com os mecanismos possíveis, lutando pelos direitos de um povo sofrido, agindo em prol de uma população quase esquecida nos confins do Mato Grosso.

¹³Therezinha, Tadeu, Pontim e Thereza Adão.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962 -1985**. Brasília: MBA, 2011.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia: A exploração de trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso durante a década de 1970**. Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2012.

CASTRO, Sueli Pereira de. Et. al. **A colonização oficial em Mato Grosso: “A nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EDUFMT, 1994.

ESCRIBANO, Francesc. **Descalço sobre a terra vermelha**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Maria H. dos Santos. **Murais da Libertação no Araguaia/MT: materialização da resistência e luta de um povo esquecido durante os anos de chumbo**. Cuiabá: UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009. Monografia (Licenciatura e Bacharelado), 2009.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: Carlini & Carniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NOVAES, Regina C. Reyes. **Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo**. In: ESTECI; FRY; GOLDENBERG (Ogs.). **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.